

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1347174 - PR
(2018/0209725-9)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ROSEMARY PEREIRA
AGRAVANTE : JOAO BATISTA ALBANO
AGRAVANTE : JOAO ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOSE FARNEZI PERES
AGRAVANTE : LUIZ FERREIRA DA CRUZ
AGRAVANTE : ELAINE FERNANDES DA CRUZ
AGRAVANTE : MARLENE MARIA ROMEIRO
AGRAVANTE : HILDA VELOSO DOI
AGRAVANTE : VERA DE FATIMA DE SOUZA HABITZREUTER
AGRAVANTE : TEOBALDO FERREIRA MONTEIRO
AGRAVANTE : CLERI RODRIGUES DE FRANCA
AGRAVANTE : ROBERTO MARTINS PEREIRA
ADVOGADOS : JEAN CÉSAR XAVIER - PR054774
SERGIO AUGUSTO URBANO FELIPE HEIL -
SC014073
AGRAVADO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS : ANA CRISTINA DA ROSA GRASSO - SC009669
PAULA CASSETTARI FLORÊS - PR044754
LUIZ TRINDADE CASSETTARI - PR043851
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.

1.Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

2. Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível, cabe a aplicação da multa do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015.

3.Agravo interno não conhecido com aplicação de multa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto do

Superior Tribunal de Justiça

Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator